



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1501138-49.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias**
 Exequente: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo**
 Executado: **Larissa Santana Rodriguez-me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

"Fazenda Pública do Estado de São Paulo move ação de execução fiscal contra Larissa Santana Rodriguez-me visando a cobrança de ICMS não recolhido, corporificados nas CDA's de fls. 02/17, cujos débitos foram inscritos em 2004, 2005 e 2006.

Instada a se manifestar sobre a prescrição, quedou-se inerte a Fazenda.

O executado não foi citado.

É o relatório. Decido.

A matéria rege-se pelo art. 174, parágrafo único do CTN, não importando a disciplina da LEF, pois esta, nestas questões, não se aplica aos créditos de natureza tributária, uma vez que a prescrição tributária é regida, segundo o art. 146, III, "b" da CF/88, pela lei complementar que estabelece normas gerais em matéria tributária, in casu o CTN (recepcionado com lei complementar); na execução fiscal, o momento interruptivo é estabelecido pelo inciso I do parágrafo único acima referido; tal inciso, após a LC nº 118/05, que entrou em vigor em 09/06/05, passou a prever o despacho do juiz que determina a citação como ato interruptivo. No executivo fiscal específico, o despacho de citação foi proferido em 11/06/2018.

Tal momento interruptivo, porém, retroage à data da propositura da ação, em 02/06/2018. O § 1º do art. 219 do CPC, segundo o qual a interrupção da prescrição retroage à data da propositura da ação, aplica-se aos créditos tributários, segundo orientação do STJ, REsp 1120295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, 1ªS, j. 12/05/2010, posicionamento este coerente com o fenômeno da prescrição, que pressupõe inércia do credor, inexistente no caso do credor que cobra a dívida em juízo. Assim, também na execução fiscal é válida a Súm. 106 do STJ, segundo a qual "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação [ou a demora para a prolação do despacho de citação], por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência" (Súm. 106, STJ). Sendo assim, é necessário examinar, em cada caso, se houve omissão, inércia ou negligência do credor ao dar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

andamento processual, causadora do atraso que levou à prescrição antes do marco interruptivo. Intelecção esta, veja-se, na linha do disposto no § 2º do art. 219 do CPC.

No caso em tela, os créditos tributários foram constituídos em

- CDA de fls. 02/03: 16/11/2004
- CDA de fls. 04/05: 15/12/2004
- CDA de fls. 06/07: 15/08/2005
- CDA de fls. 08/09: 17/10/2005
- CDA de fls. 10/11: 16/11/2005
- CDA de fls. 12/13: 15/12/2005
- CDA de fls. 14/15: 17/04/2006
- CDA de fls. 16/17: 16/06/2006

E em consequência, os termos finais do prazo prescricional:

- CDA de fls. 02/03: 16/11/2009
- CDA de fls. 04/05: 15/12/2009
- CDA de fls. 06/07: 15/08/2010
- CDA de fls. 08/09: 17/10/2010
- CDA de fls. 10/11: 16/11/2010
- CDA de fls. 12/13: 15/12/2010
- CDA de fls. 14/15: 17/04/2011
- CDA de fls. 16/17: 16/06/2011

Saliente-se que a suspensão do prazo prescricional pela inscrição em dívida ativa, prevista no art. 2º, § 3º da LEF, não se aplica aos créditos de natureza tributária, uma vez que a prescrição tributária é regida, segundo o art. 146, III, “b” da CF/88, pela lei complementar que estabelece normas gerais em matéria tributária, *in casu* o CTN (recepcionado com lei complementar), que não prevê a suspensão prescricional em comento. O entendimento está consolidado no STJ: REsp 1165216/SE, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ªT, j. 02/03/2010.

Ante o exposto DECLARO a prescrição do crédito tributário corporificado nas CDA's de fls. 02/17 com fulcro no art. 156, V, do CTN, e, em consequência, em relação a tal crédito **EXTINGO A EXECUÇÃO**, com fulcro no art. 487, II, do CPC.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

PI.

São Carlos, 02 de outubro de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**